

Pequena (!) História da Maçonaria no Brasil – William Almeida de Carvalho

Introdução

O presente artigo visa dar uma ideia panorâmica da Maçonaria Brasileira através da história do Grande Oriente do Brasil GOB, o tronco básico, e de suas posteriores cisões, principalmente a de 1927 e a de 1973. Para uma visão mais completa e aprofundada sobre o assunto pode ser consultado o livro História do Grande Oriente do Brasil de José Castellani e William Carvalho da Editora Madras de 2009. Até a primeira cisão de 1927, a história da Maçonaria brasileira se confundia com a história do Brasil. A partir de então, ou seja, no momento em que a Maçonaria deixa de ser um grupo estratégico, a história se bifurca, seguem rumos paralelos, com alguns contatos ocasionais. A partir da gestão de Jair Assis Ribeiro (1983-1993) no GOB assistiu-se a um ponto de inflexão do desenrolar da Maçonaria brasileira. Atualmente cresce a taxas chinesas, mas ainda não voltou a ser um interlocutor estratégico do país, como fora no passado.

A Maçonaria brasileira, pelo menos, está entrando num patamar de efervescência cultural e educacional com a criação de lojas de pesquisas, universitárias, academias etc. que dentro em breve, inevitavelmente terá desdobramentos significativos. Assim como no passado, a Maçonaria emprestou a sua organização para um país que não possuía partidos políticos, ele poderá, neste limiar do século XXI, ajudar o país, que ainda possui instituições políticas com ranço de desempenho pré-iluministas, a criar valores e instituições verdadeiramente republicanos. O Brasil proclamou a República, mas seus valores ainda são patrimonialistas. Este é o grande desafio que a Maçonaria poderá ajudar o Brasil adequar sua escala de valores e desempenho neste século.

Deu-se particular ênfase às duas cisões no século XX por sua importância estratégica. Compõem ainda o presente trabalho dois anexos: i) a relação dos Grão-Mestres do GOB e ii) um quadro estatístico sobre as Obediências e os maçons brasileiros, considerados regulares, tais como o GOB, as Grandes Lojas e a COMAB (Confederação Maçônica do Brasil). Convém ainda salientar que todas as cisões no Brasil se devem à perda de eleições e não a divergências doutrinárias. Pelos dados apresentados pode-se afirmar que o Brasil possui mais de 6.000 lojas maçônicas e quase 200.000 maçons. Essas são as potências ditas regulares.

Primórdios

Com os dados hoje disponíveis, a primeira referência a uma Loja maçônica brasileira que se tem notícia teria sido em águas territoriais da Bahia, em 1797, em uma fragata francesa La Preneuse, denominada Cavaleiros da Luz, sendo pouco tempo depois transferida para a Barra, um bairro de Salvador. Contudo, a primeira Loja regular do Brasil foi a Reunião, fundada em 1801, no Rio de Janeiro, filiada ao Oriente da Ilha de França (Ille de France), antigo nome da Ilha Maurício, à época possessão francesa e hoje britânica.

Dois anos depois o Grande Oriente Lusitano, desejando propagar, no Brasil, a “verdadeira doutrina maçônica”, nomeou para esse fim três delegados, com plenos poderes para criar lojas regulares no Rio de Janeiro, filiadas àquele Grande Oriente. Criaram, então, as Lojas Constância e Filantropia, as quais, junto com a Reunião, serviram de centro comum para todos os maçons existentes no Rio de Janeiro, regulares e irregulares, tratando de iniciar outros, até ao grau de Mestre. Apesar de controvérsias a exigir maiores pesquisas nesta área, essas foram as primeiras Lojas oficiais e consideradas regulares, pois já existiam, anteriormente, agrupamentos secretos, em moldes mais ou menos maçônicos, funcionando mais como clubes, ou academias, mas que não eram Lojas na acepção da palavra.

Depois da fundação daquelas três primeiras Lojas “oficiais”, espalharam-se, nos primeiros anos do século XIX, Lojas nas províncias da Bahia, de Pernambuco e do Rio de Janeiro, livres, ou sob os auspícios do Grande Oriente Lusitano e do da França. Convém salientar que os governos coloniais da época tinham instruções precisas para impedir o funcionamento de Lojas no Brasil. Tanto assim que aquelas Lojas – Constância e Filantropia – foram fechadas em 1806 no Rio de Janeiro, cessando as atividades maçônicas nesta cidade, mas continuando e se expandindo, principalmente na Bahia e em Pernambuco. O Rio de Janeiro, contudo, não podia ficar sem uma Loja, e apesar desta proibição os trabalhos prosseguiram com as Lojas São João de Bragança e Beneficência.

Um fato importante para a história do futuro Grande Oriente do Brasil foi que a Loja Comércio e Artes, fundada em 1815, conservaram-se independente, adiando sua filiação ao Grande Oriente Lusitano, porque os seus membros pretendiam criar uma Obediência brasileira. Convém ainda salientar que no ano de 1817 ocorreram dois fatos de suma gravidade em termos de crime de lesa-majestade. Estouraram duas revoluções: i) a Revolução Pernambucana de 1817, um movimento revolucionário, de caráter fortemente nacionalista, feito no sentido de implantar a República em Pernambuco; e ii) Conspiração Liberal de Lisboa de 1817 liderada pelo nosso Ir. General Gomes Freire de Andrade, ex-Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano. Dado esse clima de sedição, tanto em Portugal como no Brasil, houve a expedição do draconiano alvará de 30 de março de 1818, que proibia o funcionamento das sociedades secretas. As Lojas resolveram então cessar seus trabalhos, até que pudessem ser reabertas sem perigo. Os maçons, todavia, continuaram a trabalhar secretamente como no Clube da Resistência, fundado no Rio de Janeiro.

Estoura a Revolução Liberal do Porto em 1820, liderada pelos maçons portugueses, exigindo a volta de D. João VI para Portugal. A partir de então os acontecimentos começam a se precipitar. Também é desencadeada na Espanha a Revolução de 1820. A vaga liberal (maçônica) começava contestar os Estados Absolutistas da Península Ibérica. No Brasil, o ano de 1821 começou com uma série de acontecimentos político-militares que culminariam na Independência do Brasil. Como naquela época inexistiam os partidos políticos, foi necessária uma organização que coordenasse e mobilizasse o descontentamento político e a Maçonaria brasileira emprestou sua organização para tal fim. Voltava, então, à plena atividade.

O primeiro fato foi à sedição das tropas a 26 de fevereiro que impunham ao rei D. João VI o juramento à Constituição portuguesa, o que provocou o início de intensa conspiração, entre os quais muitos maçons, visando à independência do Brasil. Os

acontecimentos seguintes foram os de 20 e 21 de abril, quando houve a sedição dos eleitores, exigindo a permanência do rei no País, o que provocou a pronta reação das tropas portuguesas, que garantiram o embarque da família real. Todos esses fatos atraíram a atenção policial contra os maçons, o que não impediu, todavia, que a Loja Comércio e Artes voltassem a trabalhar secretamente, reerguendo suas colunas a 24 de junho de 1821. Agora com o nome de Loja Comércio e Artes na Idade do Ouro, sob os auspícios do Grande Oriente de Portugal, Brasil e Algarves.

A afluência de adesões foi tão grande nos meses seguintes que logo se pensou em criar uma Obediência nacional, o que aconteceria a 17 de junho de 1822, com a subsequente divisão do “Comércio e Artes”, formando o trio de Lojas fundadoras do Grande Oriente. A partir deste momento, a Maçonaria brasileira deixava de ser um grupo heterogêneo de Lojas esparsas ou ligadas a algumas Obediências Estrangeiras para se transformar em mais uma célula do sistema obediência mundial.

Apresenta-se um breve resumo dos primórdios até a fundação do Grande Oriente do Brasil, a mais antiga, a maior e a mais tradicional Obediência brasileira. Apesar da precariedade documental, pode-se apresentar a seguinte cronologia: 1796 – Fundação, em Pernambuco, do Areópago de Itambé, que não era uma verdadeira Loja, pois, embora criado sob inspirações maçônicas não fosse totalmente composto por maçons;

1797 – Fundação da Loja Cavaleiros da Luz, na povoação da Barra, Bahia;

1800 – Criação, em Niterói, da Loja União;

1801 – Instalação da Loja Reunião, sucessora da União;

1802 – Criação, na Bahia, da Loja Virtude e Razão;

1804 – Fundação das Lojas Constância e Filantropia;

1806 – Fechamento, pela ação do conde dos Arcos, das Lojas Constância e Filantropia;

1807 – Criação da Loja Virtude e Razão Restaurada, sucessora da Virtude e Razão;

1809 – Fundação, em Pernambuco, da Loja Regeneração;

1812 – Fundação da Loja Distintiva, em S. Gonçalo da Praia Grande (Niterói);

1813 – Instalação, na Bahia, da Loja União;

1813 – Fundações de uma Obediência efêmera e sem suporte legal – que alguns consideram como o primeiro Grande Oriente Brasileiro – constituída por três Lojas da Bahia e uma do Rio de Janeiro;

1815 – Fundação, no Rio de Janeiro, da Loja Comércio e Artes;

1818 – Expedições do Alvará de 30 de março, proibindo o funcionamento das sociedades secretas, o que provocou a suspensão – pelo menos aparentemente – dos trabalhos maçônicos;

1821 – Reinstalação da Loja Comércio e Artes, no Rio de Janeiro;

1822 – 17 de junho: fundação do Grande Oriente.

A Luta pela Independência

O objetivo principal dos fundadores do Grande Oriente era a independência do país no momento em que a Família Real era forçada a voltar a Portugal, pela Revolução Constitucionalista do Porto de 1820. Os maçons brasileiros irão aos poucos perceber que, além da solidariedade e da fraternidade internacionais, a geopolítica portuguesa, manejada pelos maçons do Porto, buscava levar o Brasil ao status quo ante de colônia, depois de ser elevado a Reino Unido de Portugal e Algarves no final de 1815 por D. João VI, então Príncipe Regente no Reinado de D. Maria I, sua mãe.

O primeiro passo oficial dos maçons, nesse sentido, foi o Fico, de 9 de janeiro, o qual representou uma desobediência aos decretos, emanados das Cortes Gerais portuguesas, e que exigiam o imediato retorno do príncipe a Portugal e, praticamente, a reversão do Brasil à sua condição colonial, com a dissolução da união brasílico-lusa, elaborada por influência do Congresso de Viena.

Assiste-se então ao embate de duas forças econômicas nos dois países: os comerciantes do Porto, que sempre foram o entreposto entre a Colônia e a Metrópole e a Base Escravocrata do Brasil, representada pelas grandes famílias do Tráfico de Escravos e os grandes fazendeiros, que a partir da vinda da Família Real em 1808, já operava com os interesses britânicos. Os maçons brasileiros que, no início estavam embalados pelas ideias do Reino Unido ou implantação de uma República, vão aos poucos se desligando das Cortes Gerais portuguesas.^[1]

O episódio do “Fico” 9 de janeiro de 1822 foi feito, no Rio de Janeiro, sob a liderança dos maçons José Joaquim da Rocha e José Clemente Pereira e com a representação de diversas províncias ao príncipe, principalmente a Província de São Paulo, cujo motor principal era o Ir. José Bonifácio de Andrada e Silva, o futuro Patriarca da Independência, no sentido de que desobedecesse aos decretos, permanecendo no País.

Começava, neste momento, o processo de aliciamento do Príncipe Regente – D. Pedro que começava a perceber a força do Grande Oriente, o qual continuaria, logo depois, quando os maçons fluminenses, resolvia, a 13 de maio de 1822, outorgarmos-lhe o título de Defensor Perpétuo do Brasil, numa cartada política a qual não faltavam, porém, interesses das lideranças, que pretendiam melhorar seu prestígio político junto ao regente e até suplantar o respeito de que José Bonifácio, já então o ministro todo-poderoso das pastas do Reino e de Estrangeiros, desfrutava junto a ele. As escaramuças entre os grupos de Gonçalves Ledo, de tendência mais republicana e de José Bonifácio, de tendência mais monárquica constitucional, já começavam a se propagar.

Com o grande número de adesões à Loja líder do movimento emancipador, a Comércio e Artes, Primaz do Brasil, dividiu-se em três – Comércio e Artes, União e Tranquilidade e Esperança de Nichtheroy para então formar o Grande Oriente Brasílico ou Brasileiro, o primeiro nome do Grande Oriente do Brasil – GOB, a 17 de junho de 1822. Já existia uma instituição para maçônica chamada Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz, ou simplesmente Apostolado fundada por José Bonifácio a 2 de junho de

1822. Era uma organização nos moldes da Carbonária europeia cuja atuação Bonifácio bem conhecia, durante os anos em que permanecera na Europa.



José Bonifácio

O Apostolado e o Grande Oriente viriam a representar facções diferentes da Maçonaria brasileira, a primeira, sob a liderança de José Bonifácio, que teve papel importante na História do Brasil, e a segunda, sob a de Gonçalves Ledo, com papel considerável na História da Maçonaria, ambas defendendo a emancipação política do País, mas sob formas diferentes de governo e maneiras diversas de encarar a questão. O grupo filo republicano de Ledo, Clemente Pereira, Francisco Nóbrega e cônego Januário Barbosa defendia o rompimento total dos laços com a metrópole monárquica portuguesa e um regime que o aproximasse mais daquele dos demais países latino-americanos, que, paulatinamente, iam conseguindo sua independência da Coroa espanhola. O grupo de Bonifácio, presente no Grande Oriente, mas encastelado principalmente no Apostolado, pregava a união brasílico-lusa, ou seja, uma comunidade luso-brasileira de países autônomos, que englobasse as colônias e não admitisse a escravização dos negros e, mais tarde, a união do Brasil em torno da figura imperial de D. Pedro I. Crucial para entender o *Zeitgeist* da época são as Anotações à Biografia de Vasconcelos de Drummond, escritas pelo próprio. José Bonifácio foi o primeiro Grão-Mestre do Grande Oriente, sendo, pouco depois, sucedido pelo próprio Imperador no grão-mestrado.



D. Pedro I

Após a Proclamação da Independência por D. Pedro I em 7 de setembro de 1822, o mesmo resolveu fechar o Grande Oriente em 25 de outubro do mesmo ano, permanecendo adormecido até 1831. Trabalhos maçônicos continuaram, contudo, a ser executados em lojas individuais. O próprio Imperador chegou a montar uma Loja no palácio.

Os maçons deputados à Assembleia Nacional Constituinte continuaram atuando em forte oposição ao Imperador que resolveu fechá-la e outorgar uma Constituição em 24 de março de 1824 que durou todo o período imperial. Depois disso, o maçom do Grande Oriente e os dos apóstolos, que tinham visto suas entidades serem fechadas pelo imperador, uniram-se contra ele, em um processo de solapamento do trono, o qual viria a culminar na abdicação de 7 de abril de 1831, após a qual foi reinstalado o Grande Oriente.

Adormecimento, Reinstalação e um Oriente Concorrente

No período compreendido entre a suspensão dos trabalhos do Grande Oriente, em outubro de 1822, e a abdicação de D. Pedro I, a atividade maçônica foi bastante atenuada, embora não tenha parado totalmente, nem nos trabalhos de Loja nem na política. Antes de abdicar, D. Pedro I, nomeou José Bonifácio, tutor de seu filho. Turbulências políticas não faltaram neste reinado de D. Pedro I, sendo que o principal fato foi o movimento revolucionário de 1824, que visava congregar sob regime republicano – na chamada Confederação do Equador – as províncias do Nordeste, que se haviam rebelado contra os atos de D. Pedro.

Movimento de nítida inspiração maçônica, a Revolução de 1824 teve, como um de seus principais líderes, o frei Caneca – Joaquim do Amor Divino Rabelo e Caneca –, frade carmelita, maçom e republicano, que já havia sido um dos expoentes da Revolução Pernambucana de 1817 e que, entre dezembro de 1823 e agosto de 1824, fez intensa pregação republicana em 29 números do Typhis Pernambucano, jornal que publicou no Recife, desferindo campanha contra o imperador, desde a dissolução da Constituinte e a imposição da Constituição de 24 de fevereiro de 1824.

De 1824 a 1829, pouco se sabe sobre a atividade maçônica. Após a abdicação de D. Pedro I, a 7 de abril de 1831, os maçons começaram a se reagrupar. O remanescente do primeiro reconhecido Grande Oriente Brasileiro, vendo que, após a renúncia, havia um clima mais liberal, o qual seria propício aos trabalhos maçônicos, reuniram-se em outubro de 1831, reinstalando os três primeiros quadros. E, para que esse ato fosse legal, os primeiros oficiais da Obediência instalada em 1822 juntaram-se em assembleia, juntamente com o primeiro Grão-Mestre José Bonifácio, sob a determinação de que todos só serviriam provisoriamente, até que fosse concluída a Constituição do Grande Oriente do Brasil, sucessor do Grande Oriente Brasileiro. Logo depois que foi reinstalado, o Grande Oriente publicou um manifesto, assinado por José Bonifácio, dirigido a todos os maçons brasileiros e às Obediências estrangeiras, anunciando que seus trabalhos retomavam força e vigor.

Antes, todavia, da reinstalação do Grande Oriente do Brasil, já havia surgido outro, denominado Grande Oriente Nacional Brasileiro, ou simplesmente Grande Oriente do Passeio, em alusão à rua onde funcionava. O Grande Oriente do Brasil, que se considerava sucessor do Grande Oriente Brasileiro (ou Brasileiro), de 1822, seria

reinstalado a 23 de novembro de 38 1831. No manifesto do Grande Oriente do Brasil, entre uma visão do desenvolvimento na Maçonaria no Brasil até aquela data, havia o convite, para que os membros do Grande Oriente do Passeio se reunissem em um só círculo maçônico, o qual, todavia, foi rejeitado.

Assistir-se-á um conflito permanente entre os dois Orientes na busca de representar a Maçonaria brasileira. Os problemas aumentariam, no fim de 1832, com a introdução, por Francisco Gê Acayaba de Montezuma, filiado a ambas as Obediências, de um Consistório e um Supremo Conselho do Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito, já que o Grande Oriente do Passeio iria fazer com que suas oficinas adotassem o rito. E o Grande Oriente do Brasil assumia o Rito Moderno, ou Francês.

Apesar desses percalços, o Grande Oriente do Brasil continuava trabalhando no terreno social, começando sua luta pela libertação dos escravos, com autorização de despesas para cartas de alforrias, até desembocar, na metade do século, em franca e decidida campanha abolicionista. Após a renúncia de D. Pedro, o país passou a ser governado por Regência – trina ou unas ocupadas por maçons de tendências liberais – gerando neste período uma série de convulsões políticas e sociais. Dada a fragilidade da regência fazia com que setores conservadores trabalhassem pela restauração do primeiro imperador brasileiro, enquanto os setores liberais queriam impedir qualquer tentativa de retorno do Imperador deposto.

Em 1835, o GOB instalava, a 6 de agosto, o Soberano Capítulo do Rito Francês, ou Moderno. A 26 de março de 1836, era fundado, no Rio de Janeiro, o Ilustre Conselho Kadosh Nº 1. Em 1836, José Bonifácio era reeleito Grão-Mestre. Em 1837, constituía-se, em lugar dos Capítulos, um Grande Colégio de Ritos, ficando, com isso, regulamentado o REAA, embora o rito oficial da Obediência continuasse a ser o Francês. No final do mesmo ano, a 3 de dezembro, José Bonifácio, com a saúde bastante abalada – viria a falecer a 6 de abril de 1838 – entregava o Grão-Mestrado ao futuro visconde de Albuquerque, Holanda Cavalcanti de Albuquerque, que havia sido eleito para o cargo. O novo GM tenta uma reaproximação com o Passeio. No mesmo ano ainda era reinstalada uma loja no Rito Adonhiramita, que não era mais praticado no Brasil. O Rito Adonhiramita, até a pouco tempo atrás, era praticado somente no Brasil, perecendo no resto do mundo.

No início da década de 40, o Passeio começa a entrar em decadência, perdendo diversas lojas para o GOB. No terreno político, membros das duas Obediências participavam ativamente dos acontecimentos do período da Regência, em que quase todos foram maçons, e iriam ter atuação marcante no movimento pela maioria do herdeiro do trono. Neste período regencial, as correntes políticas organizavam-se em diversos grupos, trazendo instabilidade ao regime: o grupo dos exaltados queria chegar, logo, à república e ao federalismo; temendo esses excessos, os reacionários (chamados de restauradores, ou “caramurus”) desejavam a volta do imperador, enquanto se formava a corrente preponderante, a dos moderados, liderada pelo maçom e jornalista Evaristo Ferreira da Veiga.

Quando foi tomada a decisão de substituir a Regência Trina pela Regência Una, o Ir. Feijó foi eleito, a 7 de abril de 1835, Regente do Império, com 2.828 votos, ante 2.251 dados a Holanda Cavalcanti, futuro Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil. Assistia-se, mais uma vez, o eterno embate entre maçons liberais e conservadores.

Com o acirramento das lutas entre os restauradores, os exaltados e os moderados, os regentes, não mais podendo suportar a pressão, retiraram, por decreto de 1833, José Bonifácio da tutoria, após o que ele foi preso e posto em sua casa, onde ficaria confinado, sendo Grão-mestre do Grande Oriente do Brasil, cargo para o qual fora eleito a 6 de novembro de 1832. Embora confinado – já ostentando o 33º grau, recebido a 5 de março de 1833, do Supremo Conselho criado por Montezuma –, ele continuaria com a autoridade do cargo.

Ainda durante esse período, teria início, em 1835, a Revolução Farrroupilha, movimento autonomista que se estenderia até 1845 e que, tendo sido liderado pelo maçom Bento Gonçalves da Silva, teve entre os seus expoentes outros dois maçons: David Canabarro e Giuseppe Garibaldi, que iria posteriormente lutar pela unificação italiana.

A 1º de janeiro de 1842 era dissolvida a Câmara dos Deputados, ainda durante as sessões preparatórias, o que enfureceu os liberais, ocasionando as revoluções armadas de Minas Gerais e de São Paulo, esta última chefiada, pelos maçons padre Feijó e senador Vergueiro.

A 9 de setembro de 1850, sucedendo a Holanda Cavalcanti, tomava posse, como Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil, o então visconde – depois marquês – de Abrantes, Miguel Calmon du Pin e Almeida.

O Ocaso do Passeio e a Criação dos Beneditinos

Enquanto isso, o Grande Oriente do Passeio conhecia um processo de franca deterioração. No início de 1861, o Grande Oriente do Passeio estava quase liquidado, com a passagem do visconde do Uruguai, ex-GM do Passeio, para o Grande Oriente do Brasil, acompanhado por cerca de 20 Lojas.

Em 1863, quando o Grande Oriente do Brasil, que funcionava agora na Rua do Lavradio e era conhecido daí por diante como Grande Oriente do Lavradio, livre das divisões, depois de absorver o Grande Oriente do Passeio, preparava-se para um período de pujança interna e externa, eis que surge uma grave cisão, com o afastamento de cerca de 1.500 maçons, que, sob a liderança de Ir. Joaquim Saldanha Marinho fundou uma nova Obediência, a qual tomou o nome do local onde funcionava: Grande Oriente do Vale dos Beneditinos ou, simplesmente, Grande Oriente dos Beneditinos.

A 25 de novembro de 1863, em uma sessão tumultuada por elementos da oposição, o barão de Cayru era aclamado – dadas às circunstâncias – novo Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil. Com o falecimento de Cayru, a 26 de dezembro de 1864 era eleito Joaquim Marcelino de Brito para o Grão-Mestrado. Mesmo perdendo algumas Lojas para a agremiação de Saldanha Marinho, o Grande Oriente aumentou seu número de Oficinas, por meio da dinamização que a ele foi imposta, como reflexo da própria emulação provocada pela dissidência.

Em 1869, começavam gestões para reunificar as duas Obediências, por interferência da Maçonaria portuguesa, que, em outubro daquele ano, realizara a fusão do Grande Oriente Lusitano com o Grande Oriente Português, daí resultando o Grande Oriente Lusitano Unido.

Ocorre que o antigo Grande Oriente Lusitano havia assinado tratado de amizade e reconhecimento com o Grande Oriente dos Beneditinos, enquanto o Português possuía o mesmo tratado com o Grande Oriente do Lavradio, o que, depois da fusão, criou uma situação de mal-estar, fazendo com que os maçons portugueses pressionassem os brasileiros, para que estes imitassem as Obediências portuguesas.

Em decorrência disso, Saldanha Marinho propõe a Marcelino de Brito, no final de 1869, o início de um diálogo para a união das duas Obediências, o que foi aceito pelo Lavradio, formando, cada um dos grêmios, em 1870, comissão destinada a estudar a questão e cujos trabalhos se estenderiam até 1871. No plano político-social, a atuação dos maçons e da Maçonaria foi, nessa década, bastante evidente e produtiva, em torno do abolicionismo, já bastante amadurecido, e do nascente movimento republicano.

Em relação ao abolicionismo, embora só nessa década e ele se tivesse tornado mais marcante, o fato é que diversos atos isolados, inclusive de maçons, já marcavam o movimento, como é o caso da atitude pioneira da República Rio-grandense, originária da eclosão da Revolução Farroupilha, liderada pelos maçons Bento Gonçalves e David Canabarro, fazendo libertar os escravos.

Depois da lei do maçom Eusébio de Queirós, de 1850, que extinguiu o tráfico, a escravatura, no Brasil, continuou a ser mantida pela reprodução. Isso levou o Comitê Francês de Emancipação, entidade organizada pelo Grande Oriente da França, a solicitar, ao governo brasileiro, em 1867, a libertação total dos escravos no País; o governo imperial, por meio de Zacarias de Góes, chefe do Gabinete, responderia atenciosamente ao pedido, esclarecendo que, após a Guerra do Paraguai, em que o Brasil se empenhava, a questão seria tratada com carinho.

A essa altura dos acontecimentos, muitas Lojas já se encontravam em plena efervescência abolicionista, além de republicana, já que, na realidade, a campanha pela abolição ocorreu, nos meios maçônicos, com a campanha republicana, sendo ambas baseadas na radicalização de posições assumidas por uma ala jovem da Maçonaria brasileira, representada no governo central, no Parlamento, nos quartéis, nas letras e nas ciências.

No tocante ao movimento republicano, não foi menor a atuação no período, já que, como fruto desse trabalho, era lançado, a 3 de dezembro de 1870, o manifesto republicano, de inspiração maçônica, liderado por Saldanha Marinho e redigido pelo também maçom Quintino Bocayuva, futuro Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil. Ficava, assim, criado o Partido Republicano, que iria crescer extraordinariamente nos anos seguintes.

Os estudos para a fusão do Grande Oriente do Brasil com o Grande Oriente do Vale dos Beneditinos, encerrando a dissidência de 1863, acabariam dando em nada, diante das posições que seriam assumidas por ambas as Obediências, a partir de abril de 1871.

Uma comissão de notáveis havia sido designada para encontrar um nome aglutinador e experiente, para dirigir o Grande Oriente naqueles agitados dias. Indicado inicialmente, o conselheiro José Tomaz Nabuco de Araújo acabou por não aceitar, o que fez com que a comissão se fixasse no nome de José Maria da Silva Paranhos, o visconde do Rio Branco. Essa escolha suscitou muitas objeções, já que a oposição alegava que o

visconde, não sendo membro efetivo do Supremo Conselho, não poderia se candidatar ao cargo de Soberano Grande Comendador Grão-Mestre. A objeção acabaria sendo superada, quando o Grande Oriente do Brasil resolveu considerar elegíveis todos os portadores do 33º grau do Rito Escocês, para os cargos de Grão-Mestre e de Grão-Mestre Adjunto.

Em 1870, como ministro dos Estrangeiros, no gabinete, do marquês de Itaboraí (Joaquim José Rodrigues Torres, que havia sido Grande Orador do Grande Oriente do Passeio), Paranhos havia assinado o tratado de paz com Assunção (Paraguai), o que lhe valeu a nomeação para o Conselho de Estado e o título de visconde do Rio Branco. Alguns dias antes de assumir o Grão-Mestrado do Grande Oriente do Brasil, ele se tornaria presidente a presidência do Conselho de Ministros, tendo seu Gabinete, sido o de mais longa duração de toda a história do Império, de 7 de março de 1871 a 25 de julho de 1875.

O mandato do visconde do Rio Branco no GOB representa um dos pontos altos da Maçonaria brasileira. A gestão de Rio Branco, à frente do Gabinete, foi das mais profícuas do Segundo Império. Do ponto de vista maçônico, entretanto, sua contribuição mais notável foi a apresentação da lei aprovada a 28 de setembro de 1871, a qual declarava livres, daí em diante, as crianças nascidas de escravas e que passou à história com o nome vulgar de Lei do Ventre Livre (embora tenha, legislativamente, sido denominada “Lei Visconde do Rio Branco”). Sob pressão não só maçônica, mas também política, por parte dos que viam, nessa lei, uma alternativa ao caos que representaria urna imediata e extemporânea extinção total da escravatura, Rio Branco, aproveitando a viagem do imperador e da imperatriz Tereza Cristina à Europa, com a consequente regência entregue à princesa Isabel, apresentou a lei, que levou seu nome.

Como chefe do Gabinete, ele viria a enfrentar, também, a agitada Questão Religiosa, a qual, embora tenha sido uma pendência entre o alto clero e o governo imperial, acabou envolvendo ambas as Obediências maçônicas brasileiras da época. O pretexto para o desencadeamento das hostilidades foi uma festa maçônica realizada a 2 de março de 1872, para comemorar a aprovação da lei Visconde do Rio Branco. Durante essa solenidade, pronunciou-se um discurso em que enaltecia a atuação da Maçonaria na libertação dos escravos, abordando os fatos, desde a lei Euzébio de Queirós. Mas o estopim da crise foi aceso, na solenidade, quando o Grande Orador Interino, padre José Luiz de Almeida Martins, destacado maçom, pronunciou um veemente discurso, no qual enaltecia a Maçonaria e o Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil, pela obra realizada em torno da abolição gradual da escravatura. O discurso foi publicado, no dia seguinte, pelos jornais diários, causando a reação do bispo do Rio de Janeiro, que, advertindo o padre, exigiu que ele abandonasse a Maçonaria. Diante da recusa deste, o bispo o suspendeu. Isso acabaria desencadeando a querela.

Diante da reação do bispo do Rio de Janeiro, as duas Obediências, do Lavradio e dos Beneditinos, apressaram-se a defender o Irmão atingido. Após o entrevero com os bispos, os dois Orientes tentaram se reunir, mas tudo foi em vão. No cenário político, no ano de 1873, ocorreria um fato de extraordinária importância para o movimento republicano: a Convenção de Itu, de inspiração maçônica e que tivera seus perídromos a 10 de novembro de 1871, quando 78 partidários da república federativa haviam se reunido, em Itu, na Província de São Paulo, com a finalidade de organizar o partido republicano local, criando um clube republicano, que pudesse servir de núcleo e centro

do partido. Como corolário desse movimento, a 18 de abril de 1873, com a presença das principais lideranças políticas, era realizado a primeira Convenção Republicana no Brasil, a qual ficou conhecida como Convenção de Itu.

A par da campanha republicana, encetada por várias dessas Lojas, prosseguia a luta abolicionista, que contava com maçons de peso, como Luís Gama, Joaquim Nabuco e José do Patrocínio. Em 1880, nas eleições realizadas a 15 de março, Rio Branco era reeleito para o cargo de Grão-Mestre. O GOB, todavia, seria, na prática, dirigida pelo Adjunto, pois Rio Branco, cada vez mais doente, não tinha mais condições físicas para o exercício do cargo, vindo a falecer a 1º de novembro do mesmo ano.

Em 1882 e sob o Grão-Mestrado de Cardoso Júnior, chegava ao fim a cisão na Maçonaria brasileira, com a fusão das duas Obediências. Saldanha Marinho, já doente e cansado, sem poder comandar, convenientemente, seu Grande Oriente “Unido”, pedira demissão de seu cargo, a 30 de março de 1882, incentivando, inclusive, a fusão, cujas negociações foram mais incrementadas a partir do momento em que o Supremo Conselho dos Estados Unidos, jurisdição Norte, reconhecia o Grande Oriente do Brasil, em junho do mesmo ano, ocasião em que foram expedidas as patentes de reconhecimento mútuo. Assim, a 18 de dezembro de 1882, era considerado extinto o Grande Oriente Unido, antigo dos Beneditinos, oficializando-se a união 30 dias depois, a 18 de janeiro de 1883, permanecendo uma Obediência única, sob o título original: Grande Oriente do Brasil.

No plano político-social, prosseguia a luta abolicionista e recrudescia a campanha republicana, com participação ativa de muitas Lojas. A lei dos sexagenários que libertava os escravos que se encontravam nessa faixa etária, ou acima dela, e a lei Áurea de 13 de maio de 1888, que extinguiu totalmente a escravidão, completariam a luta abolicionista e ajudariam a precipitar o fim do império, já que a abrupta abolição causara grande descontentamento entre os proprietários de terras, pois não houvera tempo suficiente para que eles substituíssem, em suas lavouras, o braço escravo.

A campanha republicana, por seu lado, era incrementada pela Questão Militar, que, na verdade, consistiu em uma série de atritos, acontecidos entre 1883 e 1889, entre políticos e militares, causados pelo brio destes e pela inabilidade de políticos e ministros. Esses atritos iriam criar uma atmosfera propícia para o levante militar final, em 1889, o qual resultaria na implantação do regime republicano, sob a liderança de maçons militares como Manuel Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Apesar da intensa movimentação, os velhos militares, com patente de major para cima, tinham grande respeito pelo imperador, que, durante a guerra do Paraguai, se mantivera firme ao lado dos alvos nacionais da campanha sustentada pelas forças armadas. Os postos inferiores, entretanto, estavam preenchidos por jovens alunos das escolas militares, os quais, além de não experimentar sentimentos semelhantes aos dos oficiais mais antigos, estavam altamente doutrinados pelo professor de maior prestígio da Escola militar, aquele que viria, por sua atuação, a ser cognominado “o pai da República”: o maçom e positivista tenente-coronel Benjamin Constant, que fazia aberta apologia do movimento republicano e era um dos mais categorizados críticos do governo imperial.

A par das atividades militares, com a atuação de muitos maçons, era grande a efervescência nas Lojas e nos clubes republicanos de inspiração maçônica, destacando-

se, nesse período, muitos maçons civis, que seriam chamados de “republicanos históricos”: Quintino Bocayuva (fundador do jornal A República e futuro Grão-Mestre do GOB), Campos Sales (futuro Presidente da República), Prudente de Moraes (primeiro presidente civil da República), Silva Jardim, Rangel Pestana, Francisco Glicério, Américo de Campos, Pedro de Toledo, Américo Brasiliense, Ubaldino do Amaral, Aristides Lobo, Bernardino de Campos e outros.

O levante para a Proclamação da República ocorreu em 15 de novembro de 1889. Deposto todo o Conselho de Ministros, presidido pelo visconde de Ouro Preto, Deodoro, todavia, em um rasgo de sua antiga fidelidade a D. Pedro II, não se dispunha a tomar providências para implantar a república, tendo declarado, a Ouro Preto, que iria mandar procurar o imperador, em Petrópolis, para propor-lhe um novo gabinete. Foi aí que, mais uma vez, entrou em cena Benjamin Constant, que fez ver, a Deodoro, o perigo que eles correriam daí em diante, por sua rebeldia, com a sobrevivência do governo imperial. E, assim, se fez a república no Brasil.



Primeiro Ministério Republicano

Implantada a república, Deodoro assumiria o poder, como chefe do Governo Provisório, com um ministério totalmente constituído por maçons: Quintino Bocayuva, na Pasta dos Transportes; Aristides Lobo, na do Interior; Benjamin Constant, na da Guerra; Rui Barbosa, na da Fazenda; Campos Salles, na da Justiça; Eduardo Wandenkolk, na da Marinha; e Demétrio Ribeiro, na da Agricultura. Esses homens foram escolhidos pelo fato de representarem – com exceção de Rui Barbosa -, a nata dos “republicanos históricos”, que, por feliz coincidência, pertencia ao Grande Oriente do Brasil, em uma época em que a Maçonaria abrigava os melhores homens do País e a elite intelectual da nação.

A 19 de dezembro do mesmo ano de 1889, pouco mais de um mês após a implantação da república, Deodoro, sendo chefe do Governo Provisório, era eleito Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil. A partir desta data, a “matriz Benjamin Constant” positivista toma o poder no GOB.

A República Velha

Durante o período da República Velha – 1889/1930 – assistir-se-á a um *changez de place* na Presidência da República entre dois grupos maçônicos: a matriz positivista e militar de Benjamin Constant e o núcleo civil e liberal do Estado de São Paulo. O final desta época culmina também com a grande cisão do GOB de 1927, início do declínio institucional da Maçonaria brasileira, que perdura até os dias atuais. Antes de 1927 a história da Maçonaria estava imbricada com a história do Brasil, para não dizer que eram a mesma, a partir de então as duas se separam. A 24 de fevereiro de 1891, o Congresso Constituinte aprovava e promulgava a primeira Constituição da República, a qual instituiu o presidencialismo, o laicismo e o federalismo.

Dois dias depois, a assembleia elegia os governantes definitivos, colocando, portanto, fim ao Governo Provisório, que marcara a etapa de transição. Uma das chapas que se apresentaram à eleição tinha, como candidato à presidência, o marechal Deodoro, Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil, e, como candidato à vice-presidência, o também maçom almirante Eduardo Wandenkolk, enquanto a chapa de oposição era encabeçada pelo maçom Prudente de Moraes tendo, como candidato a vice-presidente o marechal Floriano Peixoto. Deodoro venceu por estreita margem de votos (129 a 97), enquanto Floriano derrotava Wandenkolk. A partir de então a Marinha iria contestar o Exército que detinha as rédeas da República.

Deodoro encontrou um Parlamento hostil, que só o elegera sob a ameaça de intervenção armada. Não poderia, portanto, governar com ele. E o dissolveu, a 3 de novembro de 1891. Com isso, perdeu todos os apoios, inclusive nos meios militares, pois uma ditadura seria uma mancha muito grande para um regime republicano que ainda engatinhava e que procurava sua consolidação. E quando, a 23 de novembro, o almirante Custódio de Melo, a bordo do encouraçado Riachuelo, declarou-se em revolta, em nome da Armada, Deodoro, encontrando-se só, renunciou, para não desencadear uma guerra civil, entregando o governo ao seu substituto constitucional, Floriano Peixoto.

Deodoro, desencantado, então, com tudo, renuncia também ao Grão-Mestrado, em carta de 18 de dezembro de 1891. No plano social, os maçons, diante dos problemas surgidos com a rápida industrialização do País, principalmente no Estado de São Paulo, começavam a tratar dos interesses do incipiente operariado industrial, ainda sem organismos protetores. A 30 de junho de 1892, realizavam-se novas eleições para o Grão-Mestrado do Grande Oriente do Brasil, sendo eleito Macedo Soares.

Enquanto tudo isso ocorria, internamente, no âmbito externo político-social, os maçons, como toda a sociedade, em geral, enfrentavam tempos agitados. Existia um conflito entre os maçons militares positivistas do Estado do Rio de Janeiro e os maçons civis, principalmente do Estado de São Paulo. Após um período de conflitos civis e armados, Floriano entrega o poder, no final do seu mandato ao seu sucessor paulista, o Ir. Prudente de Moraes, que era o representante das oligarquias rurais e, portanto, do federalismo, enquanto os militares positivistas retornavam à caserna, finda que estava a espinhosa missão de consolidar o regime.

Obviamente houve, durante esse período, certa confusão entre as classes mais politizadas da nação, incluindo-se a Maçonaria, dirigida pelo conselheiro Macedo Soares. Enquanto uma parte do mundo maçônico, encontrada, principalmente, entre os oficiais das forças armadas, apoiava quase geralmente os atos de Floriano, outra facção,

ligada à política regional e às oligarquias rurais, promovia revoltas, como a guerra civil do Rio Grande do Sul, envolvendo os parlamentaristas do maçom Silveira Martins e os presidencialistas, liderados por Júlio de Castilhos, que tinha o apoio de Floriano.

Terminado o governo do Ir. Prudente de Moraes, o poder permaneceria, pacificamente, nas mãos das oligarquias rurais – como, de resto, ocorreu até 1930 – com a eleição do Ir. Campos Sales, expoente da Maçonaria do Estado de São Paulo, cujo governo foi caracterizado pelo grande realismo na política econômico-financeira do maçom Joaquim Murtinho, ministro da Fazenda.

Em fevereiro de 1901, realizadas novas eleições, no Grande Oriente do Brasil, era eleito, para o cargo de Grão-Mestre, Quintino Bocaiúva, que no dia da Proclamação da República, cavalgou ao lado do Mal. Deodoro, e tendo como Adjunto Henrique Valadares, discípulo na Escola Militar de Benjamin Constant. A matriz positivista mantinha o seu controle sobre o GOB. Quintino Bocayuva, apesar de todo o trabalho efetuado, não podia se dedicar integralmente ao Grão-Mestrado, pois fora eleito e, a 31 de dezembro de 1900, empossado no cargo de presidente do Estado do Rio de Janeiro, para um mandato de três anos, o que fez com que, em várias ocasiões, ele fosse substituído por Henrique Valadares. Mesmo assim, concluiu seu mandato no Grande Oriente, com grande saldo positivo, a 21 de junho de 1904, entregando o malhete de supremo mandatário da Maçonaria brasileira ao general Lauro Sodré, positivista, Senador da República por vários mandatos, candidato à Presidente da República contra o Ir. Campos Sales, e secretário de Benjamin Constant quanto este ocupou a Pasta da Guerra.

Esta matriz positivista, juntamente com os maçons, também positivistas, do Estado do Rio Grande do Sul, entrará em conflito com os Presidentes da República da época, egressos da maçonaria liberal e civil do Estado de São Paulo. Lauro Sodré será até mesmo preso, enquanto GM do GOB, no encouraçado Deodoro por quase 6 meses.

Na política republicana brasileira, nessa década, entre outros maçons, sobressaiu-se o filho do visconde do Rio Branco, o barão do Rio Branco, Patrono da Diplomacia brasileira, que, em 1902, foi nomeado, pelo presidente Rodrigues Alves, ministro das Relações Exteriores do Brasil, ocupando o cargo até sua morte, em fevereiro de 1912, durante os governos dos Iir. Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca, com grande destaque na resolução dos litígios com nações limítrofes.

No final do governo do Presidente Ir. Rodrigues Alves era eleito, para a presidência da República, o mineiro Ir. Afonso Pena, iniciando a alternância São Paulo–Minas Gerais no poder. Tendo sido eleito por uma coligação dos partidos situacionistas estadual – os verdadeiros donos da política da época –, que se havia oposto a um candidato da preferência de Rodrigues Alves, Afonso Pena encontraria o Congresso comandado por uma maioria liderada pelo senador Ir. Pinheiro Machado, líder político e maçônico, o que fazia supor que os problemas sucessórios deveriam ser submetidos, necessariamente, à apreciação desse grupo, composto por uma maioria de maçons de diversos Estados. Tendo surgido a candidatura do Ir. Davi Campista, em 1908, suscitando grande resistência, pois ele se proclamava um intervencionista, o grupo liderado por Pinheiro Machado esposou a candidatura do maçom Hermes da Fonseca, que, em sua gestão no Ministério da Guerra, criara fama de grande administrador.

Ocorreria, então, o falecimento de Afonso Pena, no auge da crise, com a conseqüente ascensão, ao poder, de Nilo Peçanha, também líder maçônico, o qual iria ser Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil, de 1917 a 1919. Em torno dele, iria se fixar o oficializou político em relação à candidatura do Ir. Hermes da Fonseca, general e sobrinho de Deodoro da Fonseca, o que provocou, pela primeira vez na história da república, uma séria candidatura de oposição, por meio de Rui Barbosa. Hermes, todavia, seria eleito, pois tinha o apoio dos principais Estados.

Terminado o período de Hermes da Fonseca, os nomes mais cotados para a Presidência da República eram os do Ir. Pinheiro Machado e do Ir. Rui Barbosa: todavia, um acordo, entre os partidos republicanos dominantes de São Paulo e Minas Gerais traria à baila o nome do vice-presidente da República, o maçom Wenceslau Brás, o qual foi eleito sem oposição, enquanto o mundo se debatia na Primeira Guerra Mundial. Com a eleição de Lauro Sodré para governador do Estado do Pará, será eleito GM do GOB Nilo Peçanha em primeiro de junho de 1917. O Brasil entrará na guerra a 26 de outubro do mesmo ano.

No governo da República, acabado o mandato de Wenceslau Brás, em 1918 era eleito, para um novo mandato presidencial, Rodrigues Alves, que viria a falecer antes de tomar posse, o que fez com que o vice, Ir. Delfim Moreira assumisse até julho de 1919. Como este, cansado e doente, não tinha condições de comandar a política nacional, foi eleito, para completar o quadriênio, Epiácio Pessoa, que teria de enfrentar graves crises políticas.

Em 1919, a política maçônica, liderada por Nilo Peçanha, foi geralmente de oposição ao presidente Epiácio Pessoa, pois Nilo havia indicado Rui Barbosa para completar o período governamental de Rodrigues Alves. Essa posição seria mantida, embora com menor intensidade, durante o Grão-Mestrado do general Thomaz Cavalcanti de Albuquerque, que viria a suceder Nilo Peçanha, quando este renunciou ao seu mandato, a 24 de setembro de 1919. Enquanto o ambiente político estava agitado, diante da nova eleição presidencial e dos episódios que, supostamente, envolviam Arthur Bernardes, a situação do Grande Oriente também não era tranquila, pois iniciava a década com nova cisão, provocada por uma eleição fraudulenta.

Com a morte, a 28 de janeiro de 1921, do Grão-Mestre Adjunto Luis Soares Horta Barbosa realizou-se novas eleições, a 25 de abril daquele ano, para o preenchimento do cargo vago. A 3 de março, havia se realizado, no Rio de Janeiro, uma convenção para a escolha do candidato ao cargo; nessa reunião, com pouco mais de 40 convencionais, surgiram duas candidaturas: a de Mário Marinho de Carvalho Behring, sustentada por uma pequena maioria, que detinha o poder no Grande Oriente, e a do general José Maria Moreira Guimarães. Com o apoio de São Paulo, que não se fizera representar na convenção, Moreira Guimarães obteve a maioria dos votos. Manipulando, todavia, os dados, a junta apuradora anulou votos de ambos os lados, mas principalmente os do general, de tal maneira que Behring acabaria sendo eleito. Como se verá mais adiante Behring será o responsável por uma das maiores cisões que sofrerá o GOB no século XX e que perdura até os dias atuais.

Ao final da gestão do general Thomaz Cavalcanti, Nilo Peçanha era indicado, mais uma vez, para o Grão-Mestrado. Os acontecimentos políticos do País, nesse agitado período, todavia, acabaria por tornar inoportuna sua candidatura – ele fora, inclusive, ilegalmente

preso, apesar de suas imunidades como senador da República –, fazendo com que elementos ambiciosos saíssem da sombra e iniciassem o trabalho de intriga, visando galgar os altos postos do Grande Oriente do Brasil.

Os elementos que ambicionavam o Grão-Mestrado estavam ligados ao Ministério da Justiça de Artur Bernardes, então ocupado pelo maçom João Luis Alves. A 20 de maio de 1922, Mário Behring seria eleito Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil, com o beneplácito de João Luis Alves. Enquanto isso, ia agitado o ambiente político nacional, com a publicação das cartas, atribuídas Arthur Bernardes – e que se verificou, depois, serem falsas –, contendo insultos ao Exército. Liderando a revolta contra as cartas, encontrava-se o Clube Militar, presidido pelo então por Hermes da Fonseca, o que provocaria a reação governamental, com o fechamento do Clube e a prisão de Hermes, fatos que provocariam o maior inconformismo das forças armadas e a revolta do Forte de Copacabana, a 5 de julho de 1922, no episódio conhecido como o “dos dezoito do Forte”, que iniciou a mística do movimento conhecido como “tenentismo”, o qual iria assumir o poder com o golpe de 1930.

Eleito e empossado na Presidência da República, Arthur Bernardes teve um dos mais agitados períodos presidenciais, só comparáveis ao de Floriano, governando, praticamente, sob estado de sítio e intervenção federal nos Estados, embora combatido por alguns poucos destemidos, como o maçom Nilo Peçanha, ex-Grão-Mestre do Grande Oriente. Em seu governo, eclodiu, em São Paulo, a revolta de 5 de julho de 1924 – durante a qual as Lojas maçônicas foram fechadas – chefiada pelo general Isidoro Dias Lopes e sufocada em 22 dias; no mesmo ano, em outubro, estouraria, no Rio Grande do Sul, outro movimento rebelde, liderado pelo capitão Luís Carlos Prestes, que, juntamente com os remanescentes da revolta paulista, formou a “Coluna Prestes”, que realizou a marcha de 30 mil quilômetros pelo interior do Brasil, sempre perseguida pelas forças governamentais.

A Grande Cisão de 1927

A cisão de 1927 cria, no Brasil, as Grandes Lojas estaduais que vigoram até os dias atuais. No âmbito interno da Ordem Mário Behring estava licenciado, mas reassumiu a 23 de junho de 1925, diante do risco que corria sua reeleição. Behring ganha às eleições num pleito fraudado. A partir de então as cisões no GOB ocorrerão sempre por perda de eleições. A Assembleia Geral, em sessão extraordinária, reconheceu a fraude. Estabelecido o impasse, em nova assembleia, no dia 8, os três candidatos propõem a anulação do pleito e a convocação de nova eleição. Em decorrência disso, Behring reassume, a 23 de junho e dissolve o Conselho Geral da Ordem. Vinte dias depois, a 13 de julho, ele renunciava ao Grão-Mestrado, após ver desmoronar seu sonho de reeleição e diante da impossibilidade de saldar o empréstimo contraído em 1924. Assumiria, então, como Grão-Mestre Interino, o Adjunto, Bernardino de Almeida Senna Campos, amigo e correligionário de Behring.

Em sessão especial da Assembleia Geral, a 21 de dezembro de 1925, para apuração da nova eleição eram proclamados e reconhecidos os mais votados: Vicente Saraiva de Carvalho Neiva, para o cargo de Grão-Mestre, e João Severiano da Fonseca Hermes, para o cargo de Adjunto. Carvalho Neiva tivera 3.179 votos, enquanto Behring recebia apenas 317 em um verdadeiro julgamento plebiscitário de sua gestão. Apesar de renunciar ao cargo de Grão-mestre, Behring manteve o de Soberano Grande

Comendador do Supremo Conselho do REAA, contrariando o disposto na lei maior do Grande Oriente, a qual previa a ocupação dos dois cargos pelo Grão-Mestre, já que a Obediência era mista, fato que fora totalmente aceito nos Congressos Internacionais de 1907, 1912 e 1922.

Nessa ocasião, Behring já começava a tramar a cisão que viria a ocorrer em 1927, pois tratara, a 2 de novembro de 1925, de registrar os estatutos do Supremo Conselho, embora já houvesse um assento do Grande Oriente – como Obediência mista – englobando o Supremo Conselho, feito por ocasião da promulgação da Constituição de 1907. Esse registro de 1925, portanto, era totalmente nulo, mas serviria, posteriormente, aos desígnios de Behring.

Diante do conflito assume finalmente a direção do GOB Octavio Kelly, que fora eleito para o cargo e empossado a 21 de março do mesmo ano que tentará sanar os estragos promovidos por Behring. Behring, todavia, sabendo antecipadamente o que iria ocorrer, promoveu, no dia 17 de junho de 1927 (aniversário do GOB), fora do Lavradio – e, portanto, às escondidas –, uma reunião extraordinária do Supremo Conselho, com apenas 13 membros efetivos, e declarou sua separação do Grande Oriente, sem ter esquecido, antes, de subtrair todos os papéis e documentos dos arquivos do Supremo Conselho, no Lavradio, transportando-os para outro endereço, em um flagrante delito maçônico, pois os papéis não lhe pertenciam.

Behring refere-se às eleições procedidas no Supremo Conselho desde 1921 e que se tornou necessário votar o tratado entre o Supremo Conselho e o Grande Oriente; e, considerando que vinha pedindo a reforma da Constituição, sem êxito, o Supremo Conselho deliberara, por unanimidade – de apenas 13 dos 33 membros – denunciarem, à Confederação Internacional do Rito, a situação, e, conseqüentemente, o tratado de 1926. E termina por anunciar que se desliga do Conselho Geral.

Os dirigentes do GOB não souberam aquilatar o significado de tal decisão, apelando para uma união bem próxima, sem saber que o golpe mortal sobre o Grande Oriente já fora veladamente desferido. Behring refere-se, inicialmente, às eleições procedidas no Supremo Conselho, em 1922. Diz que, após o malogro da Constituinte, fora necessário selar o tratado entre o Supremo Conselho e o Grande Oriente, para cumprir as resoluções da Conferência de Lausanne, de 1922. Que o Supremo Conselho vinha solicitando reforma da Constituição sem a obter e que, por isso, no dia 17, deliberara denunciar à Confederação Internacional do Rito a união em que vivia como Grande Oriente e, conseqüentemente, o tratado celebrado em 1926. Termina dizendo que o Supremo Conselho mantém seu decreto de 1921, motivo pelo qual ele reconhece, unicamente, as Grandes Constituições e os Estatutos do Rito Escocês, só lhe restando, portanto, se retirar do seio do Conselho da Ordem. Era a suprema rebelião. Mas dava a entender que haveria, apenas, a separação das Obediências – Supremo Conselho e Grande Oriente – sem que fosse provocada a cisão no simbolismo.

Behring, todavia, programara essa cisão, criando um substrato simbólico para o seu Supremo Conselho, na figura de Grandes Lojas estaduais. A primeira delas, a da Bahia, já havia sido fundada a 22 de maio de 1927, recebendo, do Supremo Conselho, a carta constitutiva Nº 1; outras duas, logo depois de declarada a cisão, foram: a do Rio de Janeiro e a de São Paulo. A partir de então a Maçonaria brasileira entrou em um

processo de declínio, deixando de ser um grupo de elite estratégico para se tornar um grupo convencional de classe média como muitos que existem no Brasil.

A Revolução de 1930 irá aprofundar mais ainda essa característica até os dias atuais quando o crescimento do GOB a taxas chinesas poderá gerar uma mudança qualitativa. A 3 de agosto de 1927, Behring e seus seguidores lançam um Manifesto às Oficinas Escocesas do Brasil e o um decreto – que ficou famoso pela atitude inusitada envolvida – declarando, oficialmente, o Grande Oriente como potência irregular no seio da Maçonaria Universal. O inusitado é uma Obediência dos Altos Graus escoceses declararem irregular uma Obediência simbólica. Mesmo assim, não deixou Behring, desde que promoveu a cisão, de cortejar a Grande Loja Unida da Inglaterra, no sentido de obter, desta, o reconhecimento para suas Grandes Lojas, o que lhes daria a tradicional regularidade emanada da Obediência Mater. Nada conseguiria, entretanto, como se verá posteriormente, pois a Grande Loja Unida da Inglaterra sempre reconheceu o GOB como seu parceiro no Brasil.

A Revolução de 1930

Enquanto o Grande Oriente do Brasil passava por essa convulsão interna, o País, depois do agitado período de Arthur Bernardes, iria conhecer um tempo de relativa tranquilidade, com a ascensão, à Presidência da República, do maçom Washington Luís Pereira de Sousa, em 1926. O governo de Washington Luís seria tranquilo até 1929 quando a grande crise mundial, desencadeada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York, trouxe problemas econômicos ao País, com o grande aumento dos estoques de café, em uma situação agravada pela recusa do governo em auxiliar, financeiramente, a lavoura em crise.

O ano de 1930 começava, para todo o Brasil, sob o signo da intranquilidade. A par da grande depressão econômica, oriunda da crise mundial de 1929, havia grande perturbação nas esferas políticas, em decorrência da crise que o País atravessava, com a violenta queda da estrutura econômica, baseada na exportação do café.

Deste o início da República até 1930, São Paulo partilharia, com Minas Gerais, sua influência na política e na administração do País. Já antes da crise de 1929, a política de valorização do café, do governo de Washington Luís, encontrava adversária dentro do próprio Partido Republicano Paulista PRP, que reunia a burguesia cafeeira de São Paulo.

Ao se aproximarem as eleições para a Presidência, o PRP indicava, para suceder a Washington Luís, o ex-presidente do Estado, líder do governo na Câmara e maçom Júlio Prestes de Albuquerque, deixando de lado dois nomes de projeção nacional: Borges de Medeiros, ex-presidente do Rio Grande do Sul, e Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente de Minas Gerais. Este, então, passou à franca oposição, estabelecendo, com o Rio Grande do Sul, 50 uma coligação política denominada “Aliança Liberal”, que lançaria a chapa Getúlio Vargas-João Pessoa, para combater a de Júlio Prestes-Vital Soares.

A 1º de março de 1930, realizadas as eleições, vencia como era esperado, a máquina eleitoral do PRP, tendo, em ambos os lados, funcionado a fraude eleitoral. A oposição, então, começou a conspirar para promover o levante armado contra o governo, e tendo,

o estopim da revolta sida o assassinato de João Pessoa, a tiros, por João Duarte Dantas, por simples questões familiares da Paraíba – Estado presidido por Pessoa – e sem nenhuma conotação política, mas que foi muito explorado pelos rebeldes.

Eclodida a revolta, em Porto Alegre, a 3 de outubro de 1930, ela culminaria com a deposição do presidente constitucional, Washington Luís, e a entrega do poder a Getúlio Vargas, que governaria durante 15 anos, primeiro como chefe do governo provisório, depois, como presidente constitucional e, finalmente, como ditador absoluto, até sua deposição, em 1945. O golpe de 1930 e a ascensão de Vargas ao poder teriam grande repercussão na Maçonaria brasileira, proporcionando-lhe um período de estagnação e, até, de involução, do qual está até hoje se recuperando.

No Grande Oriente, Octavio Kelly, desencantado com a insistente oposição e as perseguições que lhe moviam, deixava o cargo, a 17 de junho de 1930, só retornando a 3 de julho, depois de promulgada a nova Constituição do GOB, a 19 de junho. Em outubro de 1930, diante da convulsão social e política, causada pelo golpe de 24 de outubro, com implantação de estado de sítio e fechamento dos bancos, muitas Lojas suspenderam seu funcionamento, até por dificuldades de ordem financeira. No mesmo ano de 1930, o Grande Oriente do Brasil havia participado do Congresso de Bruxelas, realizado pela AMI (Associação Maçônica Internacional), sendo reconhecido como única Potência Simbólica no Brasil.

De 1930 até a Transferência da Capital

Da Revolução de 1930 até a transferência da capital do Brasil do Rio de Janeiro para Brasília, inaugurada pelo Presidente Juscelino Kubitschek em 1960 poucos fatos estratégicos foram dignos de nota na Maçonaria brasileira. Dentre estes podem ser citados o Tratado do GOB com a Grande Loja Unida da Inglaterra em 1934, pelo Grão-Mestre general Moreira Guimarães. A partir do de 1935, o ambiente político-social do País iria ser, mais uma vez, agitado, envolvendo evidentemente o Grande Oriente do Brasil, representante ainda de uma parcela ponderável e atuante da sociedade brasileira, apesar de ter perdido a característica de elite estratégica do país. Os extremismos de direita e esquerda passam a fazer parte do ideário político de parcelas ponderáveis da elite brasileira.

Driblando as escaramuças ideológicas Vargas, por meio da docilidade do Congresso, não tardou a dar o golpe de Estado. E este aconteceu a 10 de novembro de 1937, quando era dissolvido o Congresso, extintos todos os partidos, extinta a Constituição de 1934 e publicada uma nova Constituição de cunho autoritário. Estava implantada a ditadura do Estado Novo. Isso iria repercutir em todas as instituições sociais brasileiras, não sendo, o Grande Oriente do Brasil, uma exceção. O fechamento da Maçonaria foi aconselhado ao governo, a 25 de novembro de 1937, 15 dias após o golpe.

Em 1941, as Lojas maçônicas que haviam permanecido fechadas desde a implantação do Estado Novo, em 1937, procuravam voltar à sua normalidade, embora sob a mira dos beleguins da ditadura, infiltrados na própria instituição, e embora sob o peso de decretos maçônicos castradores da liberdade de manifestação do pensamento. A 22 de agosto de 1942, em vista da série de torpedeamentos dos navios mercantes por submarinos alemães, o Brasil, por nota ministerial, reconheceu o estado de guerra com os países do Eixo, pensando-se então no envio, à Europa, de uma Força Expedicionária Brasileira.

Em todo o desenrolar da guerra, como acontecera durante o primeiro conflito mundial, havia intensa movimentação e comunicação maçônicas entre Obediências. Em abril de 1943, atendendo à solicitação do governo, o Grande Oriente recomendava, às Lojas, que adquirissem bônus de guerra, para auxiliar o esforço bélico dos países aliados. Com o fim da guerra, o ditador Getúlio Vargas era deposto por um golpe de estado, a 29 de outubro de 1945.

Em 24 de junho de 1953, foi eleito Grão-Mestre o almirante Benjamin Sodré, filho do ex-Grão-Mestre Lauro Sodré, tendo como Adjunto Cyro Werneck de Sousa e Silva, que seria GM a partir de 1955. A matriz positivista ainda dava as cartas no GOB. Vargas voltaria ao poder por eleições diretas em 1950. Em meados de 1954, o Brasil passava por um dos grandes traumas de sua existência, o qual propiciaria uma grave crise política e institucional. Surgiram denúncias e mais denúncias de escândalos administrativos, aproveitados pela oposição, à frente da qual se destacava o jornalista e deputado Carlos Lacerda, filho do político e maçom Maurício de Lacerda. No dia 4 de agosto de 1954, ao retornar de uma conferência, Lacerda foi vítima de um atentado a tiros, no qual foi morto um oficial da Aeronáutica; e a situação iria se tornar extremamente grave quando o inquérito, então instalado, mostrou que o assassino era dirigido por um áulico do presidente. Este, a 23 de agosto, crendo que venceria a crise, com um pedido de afastamento temporário, viu na manhã seguinte que isso não satisfazia a oposição. Sem poder, então, contornar a crise, suicidou-se, nesse dia 24, com um tiro no coração.

Assumindo em meio à crise e ao trauma gerado pelo gesto de Vargas, o vice-presidente João Café Filho presidiu a eleição do novo presidente da República. Foi eleito, então, o ex-governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek de Oliveira, tendo como vice-presidente João Goulart. O qual da que tomaram posse a 31 de janeiro de 1956. Em 1957, O Grande Oriente do Brasil participava como Obediência internacionalmente reconhecida, do Congresso Maçônico Internacional de Haia, na Holanda. Na exposição, então apresentada, o Grão-Mestre Cyro Werneck fala da história do Grande Oriente e dos reconhecimentos internacionais de que ele desfrutava, naquela época.

No governo da República, o presidente Juscelino Kubitschek, programando uma série de metas a ser atingidas, tinha como fundamental a mudança da capital federal do Rio de Janeiro para o Planalto Central, aspiração que, embora fosse muito antiga – lembrada, já, na Constituinte do Império, de 1823, e registrada na Constituição republicana de 1891 –, jamais fora levada avante. Em decorrência, entretanto, da firmeza do governo, lançando as bases de Brasília, a nova capital, no Planalto Central, várias entidades – e, entre elas, o Grande Oriente – começaram a planejar a futura mudança de sua sede central para o novo Distrito Federal.

O ano de 1961 começava, para o Brasil, com a posse de um novo presidente da República, Ir. Jânio Quadros que durou apenas 7 meses no poder, tendo renunciado em agosto de 1961. Isso desencadeou uma crise política sem precedentes na história republicana, envolvendo, também, o Grande Oriente do Brasil –, pois, depois de o cargo ser entregue, na forma constitucional, ao presidente da Câmara Federal, Pascoal Ranieri Mazzilli, já que o vice-presidente João Goulart estava viajando pela Ásia, os ministros militares, considerando perigosa a entrega do poder a Goulart, pediam ao Congresso a declaração de seu impedimento.

Seguiram-se alguns dias de apreensões, com vários segmentos da sociedade defendendo a intangibilidade do mandato do vice-presidente. O Grão-Mestre Cyro Werneck, em nome do Grande Oriente do Brasil, manifestou-se publicamente pelo respeito à Constituição, com a consequente posse de Goulart na Presidência.

O Movimento Militar de 1964

Diante dos protestos emanados de diversos setores da sociedade brasileira, encontrou-se, depois de dez dias de incertezas, uma solução política para a crise: o Congresso resolvia convocar o vice-presidente, mas tirava-lhe os poderes, aprovando, sob a forma de Ato Adicional à Constituição, a instituição do sistema parlamentarista. A 7 de setembro de 1961, Goulart assumia o cargo, indicando para a presidência do Conselho de Ministros o político mineiro Tancredo Neves, do PSD.

No Grande Oriente do Brasil, nesse ano de 1963, ocorriam novas eleições para os cargos de Grandes Dignidades, sendo eleito Grão-Mestre Álvaro Palmeira, empossado a 24 de junho. Enquanto o Grande Oriente entrava em fase de relativa calma, o ambiente político do País prosseguia em crescente agitação, pois Goulart, fortalecido pelo plebiscito de 1963, propunha, ao Congresso, várias reformas de base (agrária, fiscal, política e universitária), que, embora reconhecidas como necessárias pela maioria oposicionista no Congresso, suscitavam discordâncias pela maneira como seriam feitas, principalmente a reforma agrária.

Na madrugada de 31 de março, irrompia o movimento político-militar, que iria depor Goulart, ocasionando sua fuga para o exterior. Em seguida, era emitido um ato institucional, que suspendia as garantias constitucionais e iniciava um expurgo na vida pública do País.

A 15 de abril, eleito pelo Congresso, assumia a Presidência da República o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Nesses agitados dias, embora houvesse uma divisão de opiniões na Maçonaria brasileira, a maioria dos maçons apoiou, inicialmente, o movimento, diante da situação caótica para a qual caminhava o País. Em nenhum momento, no período do regime militar, o Grande Oriente do Brasil, como instituição, foi molestado, embora a repressão que se seguiu à queda de Goulart tenha atingido a intimidade dos templos maçônicos, não diretamente pelo governo, mas por meio da corrente que apoiara o movimento e que iniciava, no seio da instituição, uma verdadeira caça às bruxas, a qual iria ser incrementada a partir de 1968, quando foi fechado o Congresso Nacional e editado o Ato Institucional Nº 5 AI-5. Era a “revolução na revolução”.

A Cisão de 1972-1973

Em 1973 aconteceu a última cisão, também por questões eleitorais, em 27 de maio, quando vários Grão-Mestres estaduais abandonaram o GOB. Tal movimento, sob a liderança do Grão-Mestre de São Paulo Ir. Danilo, eliminado anteriormente do GOB, assinaram uma proclamação onde se declaravam autônomos, surgindo ali o Colégio de Grão-Mestres, que resultou atualmente na COMAB Confederação da Maçonaria Brasileira.

Sérias dissensões no Grande Oriente do Brasil iriam ser uma das causas remotas da crise institucional que a Obediência enfrentaria, a partir de 1970, resultando na cisão de 1973, produto do acirramento ideológico. No governo federal, sucedendo ao presidente Castelo Branco, assumia o governo, a 15 de março de 1967, o marechal Arthur da Costa e Silva. No dia da posse de Costa e Silva, entrava em vigor a nova Constituição brasileira, que fora promulgada pelo Congresso Nacional a 24 de janeiro.

Durante todo esse período o GOB não se notabilizou por alguma ação de vulto, mantendo um perfil baixo, dentro daquele padrão de declínio desde a grande cisão de 1927. No âmbito governamental, nova crise iria acontecer com a doença do presidente Costa e Silva e seu conseqüente afastamento do governo. Constitucionalmente, deveria assumir o vice-presidente Pedro Aleixo, o qual, todavia, por ter se pronunciado contra o AI-5, foi impedido de tomar posse, a 31 de agosto de 1969, pela junta militar que assumiria, provisoriamente, o poder. Logo depois, a junta declararia extinto o mandato de Pedro Aleixo e providenciaria uma nova eleição indireta pelo Congresso Nacional.

Seria, então, eleito, a 25 de outubro, o general Emílio Garrastazu Médici, que tomaria posse a 30 de outubro, implantando profunda censura a todos os órgãos da mídia nacional. No Grande Oriente do Brasil, por essa época, já circulava, pelas Lojas e Corpos Maçônicos, uma publicação, denominada Prancha Informativa, que, sob a responsabilidade do Ir. Felix Cotaet, deputado à Soberana Assembleia Federal Legislativa – com o apoio e a assessoria de outros deputados da bancada paulista –, trazia notícias daquele corpo legislativo do Grande Oriente do Brasil. Apesar de constar como de “Circulação restrita aos maçons do Grande Oriente do Brasil”, a publicação, como o próprio autor divulgou, era enviada a autoridades civis e militares e não poucas vezes continhas criticam contundentes ao então GM do GOB, Ir. Moacyr Arbex Dinamarco, a quem fazia, notoriamente, oposição. Aproveitando o clima da época e sob a alegação de que, como oficial da reserva do Exército, cabia-lhe uma parcela da defesa da democracia, o autor inseria, em sua Prancha Informativa, mal velada insinuações de “infiltração comunista no Grande Oriente do Brasil”, a qual aconteceria, segundo ele, sob as vistas grossas do GM.

Quando empossado no Grão-Mestrado do Grande Oriente de S. Paulo, a 17 de junho de 1969, o Ir. Danilo José Fernandes, havendo derrotado o candidato opositor, apoiado por Cotaet, Nery Guimarães e outros, passou a sofrer, na Prancha Informativa, o mesmo tipo de críticas que Dinamarco. Diante das críticas, Danilo, depois de grandes alterações com Cotaet, proibia a circulação da Prancha Informativa, a 25 de fevereiro de 1970. A 13 de agosto, seis meses após a edição da circular – que não havia suscitado reação quando publicada –, Cotaet apresentava denúncia à Secretaria de Segurança Pública, contra o Grande Oriente do Brasil e o Grande Oriente de S. Paulo, tentando envolver o Grão-Mestre Geral, Moacyr Arbex Dinamarco, e comprometer o Grão-Mestre de S. Paulo com as autoridades da área da Segurança Nacional. Foi, então, instaurado um inquérito policial-militar, o qual teria um desfecho, em outubro de 1971, quando o Juiz Auditor determinou o arquivamento dos autos, considerando infundada a denúncia.

Apesar do tumulto no Poder Central, o Grão-Mestre continuava tentando manter a normalidade administrativa e social e comemorar os festejos do sesquicentenário do Grande Oriente do Brasil, os quais seriam realizados em junho de 1972.

O ano de 1971 começava, para o GOB, com a grande agitação provocada pelas pressões, sobre o GM Dinamarco, dos integrantes do grupo já referido, em torno de uma suposta “infiltração comunista” na Obediência, a partir de S. Paulo e de seu Grão-Mestrado estadual. Pouco tempo depois Felix Cotaet era suspenso de todos os seus direitos maçônicos no Grande Oriente de São Paulo. Um novo conflito surgiria quando da escolha do candidato à sucessão de Dinamarco, que soou, para alguns como um jogo de cartas marcadas, pois, como o Grão-mestre podia deter a maioria de votos da Soberana Congregação, já que muitos de seus componentes eram nomeados pelo próprio Executivo, venceria aquele que, por este, fosse indicado. Pelos cálculos desses, que se opunham à política do Poder Central e a um eventual continuísmo, só poderiam ser contrários ao candidato indicado pelo Grão-Mestrado, alguns dos 15 Grão-Mestres estaduais e o antecessor de Dinamarco, Álvaro Palmeira. Surgiam, então, como eventuais candidatos de oposição, os Grão-Mestres estaduais Athos Vieira de Andrade (Minas Gerais), Enoch Vieira dos Santos (Paraná), Frederico Renato Mótola (Rio Grande do Sul), Miguel Christakis (Santa Catarina) e Danilo José Fernandes (São Paulo).

No início de 1972, a posição do Grão-Mestre de S. Paulo era de frontal oposição ao Grão-Mestre Geral. Enquanto isso, a 19 de abril de 1972, acontecia, em São Paulo, uma reunião, da qual resultaria a “Proclamação de São Paulo”, com o lançamento das candidaturas de Athos Vieira de Andrade (Minas) e Raphael Rocha (Rio de Janeiro), para os cargos de Grão-mestre e Adjunto, respectivamente, nas eleições que seriam realizadas em 1973.

A 9 de maio, processado e julgado pelo Tribunal de Justiça Maçônico, Danilo tinha suspensos seus direitos maçônicos, sob a alegação de que a dívida de São Paulo para com o Poder Central não fora paga. Iniciou-se uma querela jurídica entre o GM do GOB e o Grão-mestre de São Paulo sobre despesas não pagas.

Diante do impasse, a situação agravou-se. Danilo enviou petição ao Tribunal de Justiça Maçônica, propondo a formação de uma Comissão de Verificação, destinada a proceder ao levantamento e acerto das contas; declarou, também, que aceitaria como definitivo o relatório dessa Comissão. O Tribunal decidiu não tomar conhecimento da petição, por entender que Danilo estava com seus direitos suspensos e não poderia solicitar em nome próprio nem requerer como Grão-Mestre de S. Paulo. Diante disso, Danilo ingressava em Juízo, em uma das Varas Cíveis do Rio de Janeiro, ou seja, na Justiça profana.

Deveria assumir o grão-mestrado estadual o adjunto que não conseguiu o seu intento. A oposição lança então as candidaturas Athos Vieira de Minas Gerais e Raphael Rocha do Rio de Janeiro e era assinado pelos seguintes grão-mestres estaduais: Danylo José Fernandes, Grão-Mestre do Grande Oriente de São Paulo; Enoch Vieira dos Santos, Grão-Mestre do Grande Oriente do Paraná; Miguel Christakis, Grão-Mestre do Grande Oriente de Santa Catarina; Frederico Renato Mótola, Grão-Mestre do Grande Oriente do Rio Grande do Sul; Gumercindo Inácio Ferreira, Grão-Mestre do Grande Oriente de Goiás; Manuel Paes de Lima, Grão-Mestre do Grande Oriente de Pernambuco. Posteriormente, essa proclamação recebeu o apoio de Salatiel de Vasconcellos Silva, Grão-Mestre do Grande Oriente do Rio Grande do Norte; Celso Fonseca, Grão-Mestre do Grande Oriente de Brasília; e Cyro Werneck de Souza e Silva, ex-Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil.

O Grão-Mestre Geral, então, nomeia a 26 de maio de 1972, o general reformado Luiz Braga Mury, como interventor no Grande Oriente de S. Paulo. Danilo obtinha liminar ao mandado de segurança impetrado junto ao Tribunal de Justiça do Estado de S. Paulo e era reintegrado no cargo, retomando a posse do prédio.

Um longo conflito iria perdurar em São Paulo, ao mesmo tempo, lançam-se como candidatos oficiais ao Grão-Mestrado: Osmane Vieira de Resende (que era Adjunto), para Grão-Mestre, e Osiris Teixeira, de Goiás, senador da República e obscuro maçom, para Adjunto.

Realizadas as eleições, o resultado oficial mostrava a vitória de Osmane, com 2129 votos, ante 1107 dados a Athos, enquanto Osiris Teixeira também vencia, com 2046 votos, diante de 1180 de Raphael Rocha. Segundo a oposição, entretanto, o resultado “extraoficial” consignava 7175 votos para Athos, contra 3820 para Osmane; e 7195 para Raphael, contra 3794 para Osiris. Ocorre que, no Tribunal, mais de 6 mil votos de Athos foram anulados, enquanto Osmane perdeu menos de 2 mil, tendo, isso, acontecido sob a alegação de débitos com o Poder Central e preenchimento irregular das atas das eleições. Todo o processo ocorreu num ambiente bastante agitado, já que os representantes da chapa oposicionista, na apuração alegavam fraudes na anulação de atas eleitorais, com parcialidade do tribunal, em favor dos candidatos oficiais.

A partir daí estava deflagrada nova cisão no GOB com a perda de inúmeros Irmãos de escol de diversos estados brasileiros tais como: São Paulo, Minas Gerais, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Ceará, Paraná, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Estado do Rio de Janeiro. O Estado de Goiás que permaneceu coeso em torno do GOB iria jogar um papel importante no desenrolar dos acontecimentos, além do mais a Capital da República tinha se mudado do Rio de Janeiro para Brasília. O fato lamentável, contudo, era que se tornou ainda mais fraca a Maçonaria brasileira.

A 24 de junho de 1973, tomava posse, como Grão-Mestre do GOB Osmane Vieira de Resende que realizou uma gestão opaca. A 15 de março de 1974, o Brasil tinha novo presidente, com a posse do general Ernesto Geisel, também eleito pelo Congresso Nacional, a 15 de janeiro. Pouco depois, a 16 de maio, o presidente da República recebia, em audiência, o Grão-Mestre Geral e seu Adjunto, quando este, como senador do partido situacionista, leu um ofício em que o Grande Oriente reafirmava seu apoio ao governo que havia se instalado após o movimento de 1964.

Da Redemocratização ao Dias Atuais

Dos governos dos Presidentes Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo até a redemocratização as gestões do GOB foram opacas para não dizer lamentáveis, até a eleição de Jair Assis Ribeiro de Goiás. Digno de nota foi que o Senador Osiris Teixeira empossado no cargo, a 24 de junho de 1978, já a 13 de julho, providenciava a mudança da sede do Grande Oriente do Brasil para a capital federal, Brasília, que já tinha a estrutura suficiente para abrigar a Obediência.

Em março de 1983, era eleito, para o cargo de Grão-Mestre Jair Assis Ribeiro, que representou um marco de ressurreição da Maçonaria brasileira. Não só responsável pela construção do Palácio Maçônico de Brasília como também por ser um pacificador do GOB. A gestão de Jair Ribeiro iria assistir à redemocratização do Brasil com as

primeiras eleições diretas para presidente da república desde 1964. Com a eleição do Presidente Tancredo Neves, que não tomaria posse, por vir a falecer poucos dias depois de eleito, assumiu a Presidência, o vice José Sarney.

Se Jair Assis Ribeiro representou um ponto de inflexão no declínio da Maçonaria brasileira e eleição de Murilo Pinto pode ser vista como a consolidação, a abertura para o exterior depois de décadas de isolamento de administrações provincianas desde Cyro Werneck – e um robusto programa de educação maçônica. A gestão de Laelson Rodrigues pode ser vista como de saneamento financeiro do GOB e de consolidação de abertura para o exterior. A de Marcos José da Silva, ainda é muito nova para algum tipo de comentário mais profundo.

Atualmente a Maçonaria do GOB atravessa uma fase de criação de Lojas de Pesquisa, Lojas universitárias e Academias Maçônicas, Ação Paramaçônica Juvenil, Fraternidade Feminina, etc.

Anexo 1

Grão-Mestres do GOB

- José Bonifácio de Andrada e Silva – Ministro 1822
- D. Pedro I Príncipe Regente e Imperador – 1822
- José Bonifácio de Andrada e Silva – Ministro 1831 a 1838
- Antônio Holanda Cavalcanti – Visc. de Albuquerque 1838 a 1850
- Miguel Calmon du Pin e Almeida Marquês de Abrantes 1850 a 1863
- Honorário Luiz Alves de Lima e Silva Duque de Caxias 1850 a 1863
- Bento da Silva Lisboa Barão de Cayrú 1863 a 1865
- Joaquim Marcelino de Brito – Sup. Tribunal de Justiça 1865 a 1870
- José Maria da Silva Paranhos Visconde do Rio Branco 1870 a 1880
- Francisco José Cardoso Junior – Marechal 1880 a 1885
- Luiz Antonio Vieira da Silva Visconde Vieira da Silva 1885 a 1889
- João Baptista Gonçalves Campos Visconde de Jary 1889 a 1890
- Manoel Deodoro da Fonseca Presidente do Brasil 1890 a 1891
- Antonio Joaquim de Macedo Soares – Conselheiro 1891 a 1901
- Quintino Bocayuva Ministro de Estado 1901 a 1904

- Lauro Nina Sodré e Silva – General e Senador 1904 a 1916
- Interino Francisco Glicério de Cerqueira Leite – General 1905
- Veríssimo José da Costa Júnior – Almirante 1916 a 1917
- Nilo Procópio Peçanha Presidente da República 1917 a 1919
- Thomaz Cavalcanti de Albuquerque – General 1919 a 1922
- Mário de Carvalho Behring Engenheiro e Jornalista 1922 a 1925
- Interino Bernardino de Almeida Senna Campos 1925
- Vicente Saraiva de Carvalho Neiva Ministro do STF 1925 a 1926
- João Severiano da Fonseca Hermes 1926 a 1927
- Octávio Kelly Ministro do STF 1927 a 1933
- José Maria Moreira Guimarães – General 1933 a 1940
- Joaquim Rodrigues Neves 1940 a 1952
- Benjamin de Almeida Sodré – Almirante 1952 a 1954
- Cyro Werneck de Souza e Silva – Advogado 1954 a 1963
- Álvaro Palmeira – Professor 1963 a 1968
- Moacir Arbex Dinamarco – Médico 1968 a 1973
- Osmane Vieira de Resende – Odontólogo 1973 a 1978
- Osiris Teixeira – Senador 1978 a 1983
- Jair Assis Ribeiro Empresário 1983 a 1993
- Francisco Murilo Pinto – Desembargador 1993 a 2001
- Laelso Rodrigues – Empresário – 2001 a 2008
- Marcos José da Silva – Funcionário Público – 2008 a 2013.

Anexo 2

I. Grande Oriente do Brasil

Registro da Grande Secretaria Geral da Guarda dos Selos

Ano	Total Lojas	Acresc. %	
2003	2.090		
2004	2.150	60	2,79%
2005	2.245	95	4,23%
2006	2.318	73	3,14%
2007	2.400	82	3,65%
2008	2.484	64	2,78%
2009	2.528	64	2,59%

Ano	Total Obreiros	Acresc. %	
2003	54.843		
2004	54.857	14	0,03%
2005	58.466	3609	6,17%
2006	60.979	2513	4,12%
2007	63.842	2863	4,48%
2008	66.651	2809	4,21%
2009	68.593	1942	2,91%

Dados reais. Fonte: GOB

II. Grandes Lojas

CMSB Grandes Lojas 2530 Lojas Maçônicas 94486 Maçons

Fonte: List of Lodges 2009

III. COMAB

Número de Lojas: 1072

Número de Obreiros: 33497

Número de Grandes Orientes afilados a COMAB: 20

Fonte: Grandes Orientes Independentes de cada estado a Secretaria Geral da COMAB

Total (I+II+III)

Lojas: 6130

Maçons: 196576



William Almeida de Carvalho

- Ex-Diretor da Biblioteca do Grande Oriente do Brasil,
- ex-Secretário de Educação e Cultura do GODF-GOB.

- Autor de diversos livros sobre a Maçonaria no Brasil.
- Membro da Loja de Pesquisas Quatuor Coronati de Londres, da Scottish Rite Research Society.
- Presidente da Academia Maçônica de Letras do DF.
- Tesoureiro da Academia Maçônica do Brasil e da Academia Maçônica de Letras da Paraíba.
- Doutor em Ciência Política pela Panthéon-Sorbonne.

Licença CREATIVE COMMONS – ” Reconhecimento-Não comercial-Compartilhar igual”

Exemplar em PDF para sua biblioteca: Clique aqui: [HISTORIA DO GOB- WILLIAM CARVALHO](#)